REFLEXÕES SOBRE TRABALHO, PRÁXIS E ÉTICA NA SOCIEDADE DO CAPITAL

Dalsiza Cláudia Macedo Coutinho1

RESUMO

O presente ensaio dedica-se ao debate do trabalho, enquanto práxis produtiva, e da ética no processo de transformação consciente do homem e da natureza. Realizou-se uma discussão teórica a fim de problematizar a categoria trabalho em sua dimensão humano-genérica e sua apropriação na sociedade do capital como objeto de exploração. A ênfase desse debate está na sociabilidade capitalista na qual as categorias ontológicas distanciam-se das potencialidades humanas de realização da liberdade, autonomia e emancipação.

Palavras-chave: Trabalho; Práxis; Moral e ética; Capitalismo.

ABSTRACT

Abstract: This essay is dedicated to the debate of work, as a productive praxis, and ethics in the process of conscious transformation of man and nature. A theoretical discussion was carried out in order to problematize the category of work in its human-generic dimension and its appropriation in society of capital as an object of exploitation. The emphasis of this debate is on the capitalist sociability in the qualification as ontological categories distance themselves from the human potentialities for the realization of freedom, autonomy and emancipation.

Keywords: Work; Praxis; Morals and ethics; Capitalism.

1 INTRODUÇÃO

Na busca por satisfação de necessidades básicas, o trabalho possibilitou ao homem tornar-se sujeito diante da natureza e esses processos de trabalho foram sendo desenvolvidos ao longo da história, resultando no aprimoramento das forças produtivas.

1Assistente Social na Universidade Federal do Tocantins, Mestranda em Serviço Social pelo Programa de pós-graduação em Serviço Social da UFT. E-mail: dalsiza.coutinho@uft.edu.br

Como categoria fundamentalmente ontológica, o trabalho permite o desenvolvimento de mediações que diferenciam o ser social dos outros seres da natureza. Essas mediações, quais sejam: sociabilidade, consciência, universalidade e liberdade, são conquistadas no processo histórico de sua autoconstrução pelo trabalho. Isso porque o trabalho é coletivo, responde a necessidades sócio-históricas, também implica um dado conhecimento sobre a natureza a fim de apreender a realidade existente. A capacidade teleológica permite uma prévia ideação sobre a ação e seus resultados, bem como a criação de alternativas e realização de escolhas, de forma que o produto da práxis é a objetivação das intenções do ser social (BARROCO, 2005).

De acordo com Barroco (2005), universalidade, sociabilidade, consciência e liberdade, são capacidades necessárias à realização da práxis, sendo o trabalho, em sua dimensão humano-genérica, o núcleo gerador da liberdade e da ética.

O trabalho é práxis humana e pôr teleológico e está presente na vida cotidiana, tanto na atividade produtiva, como também em outras dimensões – arte, cultura, religião, filosofia, política. Embora todo trabalho seja práxis, nem toda práxis é trabalho. O trabalho objetiva a ação humana sobre a natureza, ao passo que as outras formas de práxis se concretizam sobre as relações sociais (LARA, 2015).

No desenvolvimento das relações de produção, o trabalho perde essa dimensão humano-genérica e assume centralidade no processo de exploração da força de trabalho, criação de valor e geração de riqueza. As relações sociais passam a ser mediadas pelo estranhamento, fetichização, reificação tanto no âmbito da produção e do mercado, como também nas esferas em que se objetivam outras formas de práxis: religião, cultura, política, direito e ideologia.

Essas considerações iniciais ensejam o debate que se propõe realizar sobre a categoria trabalho aliado a reflexões sobre a ética no contexto das relações sociais de produção. Buscou-se então, no primeiro momento deste ensaio trazer o debate sobre trabalho e práxis de acordo com a teoria marxiana para no segundo tópico adentrar ao debate da ética e dos valores pelos quais se objetivam a (re)produção social.

2 SOBRE TRABALHO E PRÁXIS

Toda atividade humana é orientada de acordo com o fim que se pretende alcançar, isso resulta da insatisfação do homem com sua realidade e a necessidade de transformá-la. O resultado obtido pela ação não necessariamente vai condizer com modelo ideal preexistente, isso porque a busca de diferentes fins pelos membros da sociedade dá lugar a atividades diversas de indivíduos ou membros da sociedade que se comtrapõem, se equilibram ou se subordinam entre si, produzindo resultados diferentes de suas intenções ou que sejam independente destas (VAZQUEZ, 2011).

Todo fim, portanto, pressupõe determinado conhecimento sobre a realidade que está sendo negada. O conhecimento do homem se integra à tarefa de transformar a natureza por meio da sua ação e, por conseguinte, sua própria natureza. Mas para que o conhecimento sirva à prática transformadora, a relação entre pensamento e ação, mediada pelos fins, requer o conhecimento do objeto, dos meios e dos instrumentos necessários para transformá-lo, bem como das condições que possibilitarão ou não essa realização (VAZQUEZ, 2011).

> O objeto da atividade prática é a natureza, a sociedade ou os homens reais. O fim dessa atividade é a transformação real, objetiva, do mundo natural ou social para satisfazer determinada necessidade humana. E o resultado é uma nova realidade, que subsiste independente do sujeito ou dos sujeitos concretos que a engendraram com sua atividade subjetiva, mas que, sem dúvida, só existe pelo homem e para o homem, como ser social (VAZQUEZ, 2011, p. 227)

Vazquez (2011) afirma que a matéria-prima da atividade prática pode ser alterada dando lugar a diversas formas de práxis. O trabalho, por sua vez, como práxis produtiva, é atividade prática transformadora que o homem estabelece em intercâmbio com a natureza para satisfação de determinadas necessidades.

Sobre o trabalho como atividade prática teleológica, Marx afirma:

> O trabalho, antes de tudo, é um processo entre o homem e a natureza, processo esse em que o homem por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...]. Os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios (MARX, 2017, p. 255-256).

O objeto de trabalho é algo preexistente na natureza, quando já modificado por um trabalho anterior esse objeto de trabalho é matéria-prima, de forma que toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. De acordo com Marx a terra é o objeto universal do trabalho humano e todas as coisas em conexão imediata com a totalidade da terra, que foram modificadas pelo trabalho, são objetos de trabalho preexistentes na natureza (MARX, 2017).

Os meios de trabalho coexistem entre o trabalhador e o objeto e possibilitam uma atividade, incluindo as condições objetivas para realização do processo de trabalho. Nesse processo "a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto, segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. (MARX, 2017, p. 258).

Essa é a condição universal do metabolismo entre homem e natureza: o produto é a objetivação do trabalho, um valor de uso, adaptado às necessidades humanas. As forças produtivas e o processo de trabalho agora se manifestam na forma do ser. Condição natural da vida humana, comum a todas as formas sociais (MARX, 2017).

Entende-se, dessa forma, que o produto do trabalho pode ter a finalidade de utilização como produto final, como instrumentos para a produção ou como matéria-prima. Essa forma de práxis, ao transformar a realidade, proporciona a produção e reprodução da vida social e caminha na direção do distanciamento entre homem e natureza.

O homem é um ser social, isso significa que o processo de trabalho se realiza em determinadas condições sociais, no marco das relações sociais de produção. O avanço das forças produtivas possibilitou a diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção

e a superação de barreiras naturais, bem como proporcionou a crescente integração entre as sociedades, mediada pelo mercado. Resultando, por exemplo, na divisão do trabalho, no desenvolvimento dos modelos de produção, na industrialização, nas revoluções tecnológicas, na internacionalização da economia e do mercado, no crescimento da ciência.

3 ÉTICA E MORAL NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

A vida social se constitui a partir de várias formas de práxis, tendo como base a práxis produtiva que se objetiva pelo trabalho. O produto desse trabalho é valoroso porque expressa a capacidade prática e teleológica do ser social: o valor é produto da práxis que resultou na produção de algo útil a necessidades sócio-históricas do homem (BARROCO, 2005).

A divisão da sociedade em classes – servos e senhores, escravos e grandes proprietários de terra, proletários e capitalistas, dentre outros – expressa a dominação e exploração do homem pelo outro homem. No capitalismo, as relações sociais se expressam entre aqueles que possuem os meios de produção e aqueles que vivem da venda da força de trabalho. Isso resulta na produção social de riquezas que são de apropriação privada por meio da expropriação de força de trabalho não paga: mais-valia.

Essa configuração das relações sociais capitalistas de produção e reprodução da vida social retiram do trabalho suas possibilidades de emancipação e liberdade. Como afirma Barroco:

> No contexto da sociedade capitalista, em face da apropriação privada dos meios de produção e das formas pelas quais se objetiva a (re)produção da vida social, o trabalho se realiza de modo a negar suas potencialidades emancipatórias. Invertendo seu caráter de atividade livre, consciente, universal e social, propicia que os indivíduos que realizam trabalho não se reconheçam nele como sujeitos. Ao ser alienado, em todo o processo, da atividade que lhe confere identidade humana, o trabalhador se aliena do objeto que ele mesmo criou; com isso se aliena da atividade, da relação – consigo mesmo e com os outros (BARROCO, 2005, p. 33, 34).

A geração de valor de uso e valor de troca por meio da produção de mercadorias, transforma o trabalho concreto em trabalho abstrato e "culmina na realidade do trabalho socialmente necessário" (LARA, 2015, p. 275) e determina o valor do produto do trabalho: a mercadoria. Por sua vez, o afastamento das barreiras naturais diminuem cada vez mais o tempo de trabalho socialmente necessário na produção, e quanto maior o avanço das forças produtivas se leva cada vez menos tempo para produzir (LARA, 2015), culminando no aprofundamento da exploração e em maiores possibilidades de acumulação ampliada do capital.

Essas relações que se concretizam na estrutura da sociedade refletem na reprodução do indivíduo social na socialização com outros indivíduos mediadas por valores e culturas. De acordo com Barroco (2005), todas as atividades humanas são orientadas por valor, de forma que o valor econômico tende a influenciar todas as esferas, dada a centralidade da práxis produtiva. "Na sociedade capitalista, os valores éticos e estéticos, tendem a se expressar como valores de posse, de consumo, reproduzindo sentimentos, comportamentos e representações individualistas, negadoras da alteridade e da sociabilidade livre (BARROCO, 2005, p. 35).

Conforme afirma Lara (2015), os antagonismos existentes na práxis produtiva e nas demais formas de práxis podem ao mesmo tempo potencializar o gênero humano ou retroceder compondo o complexo do estranhamento, cujas consequências atingem os homens em diferentes âmbitos da vida social e se expressam no plano socioeconômico, mas também, político, ideológico, religioso, cultural.

> Na reprodução social, os pores não têm por finalidade somente a transformação do homem e da natureza, agora a intenção se volta para a atuação sobre as condutas humanas […] disso resulta que a comunicação, o direito, a educação, a ética, e os costumes são complexos sociais parciais operantes na reprodução social e se fundam de acordo com os contextos histórico-sociais do pensamento e da atividade humana (LARA, 2015, p. 278).

Nesse processo de transformação do homem e da natureza e na sua reprodução enquanto ser social, bem como na construção de sociabilidade, origina-se a moral como resposta a necessidades de socialização e convivência dos homens entre si.

A ética é a ciência que se ocupa dessa esfera da realidade chamada moral, de forma que a moral é o objeto da ciência, por ela estudada e investigada (Váquez, 1975). Pode tanto contribuir para a reprodução de pensamentos alienantes, quando se abstém de sua função crítica e assim encobrir as contradições da realidade, favorecer a dominação e a ideologia dominante, fundamentar projetos conservadores e impedir que os homens se reconheçam enquanto sujeitos éticos, como pode também, por meio da crítica à moral, apreender na realidade concreta possibilidades de construção de uma sociedade libertária (BARROCO, 2005).

Para Vázquez (1975, p. 17), “o comportamento moral é próprio do homem como ser histórico, social e prático […] como ser que transforma conscientemente o mundo que o rodeia […] e que desta maneira transforma sua própria natureza. Entende-se então, a moral como as normas, regras e costumes que medeiam as relações e as ações dos homens em sociedade.

> Considerada em seus fundamentos ontológicos, a moral é parte da práxis interativa; é fundada sobre posições teleológicas que não se vinculam diretamente à esfera econômica, mas dependem dessa base para se reproduzir. Sob essa perspectiva contém uma série de potencialidades emancipadoras: é uma expressão da capacidade auto legisladora do ser social; supõe a adoção de valores, a escolha entre eles; torna o indivíduo responsável pelos seus atos, amplia sua consciência, estabelece vínculos sociais, propicia um exercício da autonomia entre outros. (BARROCO, 2005, p. 44).

A moral é social e histórica, portanto reflete o direcionamento social e histórico das demais esferas da sociedade e atende aos interesses da ordem social vigente. Assim sendo, na sociedade do capital a moral aliena-se dessas potencialidades emancipatórias e

libertárias, dando lugar ao imediatismo e pragmatismo da vida cotidiana. Não é raro, por exemplo, acompanhar decisões no campo da política, pautadas em preceitos moralistas, como no caso do debate sobre drogas, aborto, redução da maioridade penal, gênero, direitos humanos, educação sexual, entre outras.

Mesmo não sendo imediata a integração entre moral e as relações sociais de produção, a sociedade depende de um consenso ideológico cujos valores estejam de acordo com as necessidades de reprodução social em sua totalidade, por isso na relação de dominação e subordinação, faz parte da sociedade de classes a representação de valores que expressam os interesses da classe dominante (BARROCO, 2005). O que, inclusive, resulta no ocultamento das contradições existentes, bem como não reconhecimento da alienação, fetichização e estranhamento que moldam a vida social.

Diante disso e considerando as transformações do mundo do trabalho, Vázquez afirma:

> A elevação das condições materiais da vida do operário tem, como contrapeso, um fortalecimento terrível de sua desumanização ou moralização do trabalho. […] Impinge-se-lhe assim, como virtudes, o esquecimento da solidariedade com seus companheiros de classe, o acoplamento de seus interesses pessoais com os interesses da empresa, a laboriosidade, e a escrupulosidade a favor do interesse comum da mesma, etc. Mas, integrando-se desta maneira no mundo do poder, no qual a exploração, longe de desaparecer, não faz senão adotar formas mais astuciosas, o operário dá a sua contribuição pessoal para manter a sua alienação e a sua exploração. A moral que lhe é inculcada como uma moral comum, livre de qualquer conteúdo particular, ajuda a justificar e a reforçar interesses do sistema regido pela lei da produção da mais-valia e é, por isso, uma moral alheia a seus verdadeiros interesses humanos e de classe (VÁZQUEZ, 1975, p. 38).

Dessa forma, liberdade, consciência e universalidade, possibilitadas pela práxis na relação do homem com a natureza, historicamente são mediações que dão lugar ao individualismo, a uma liberdade burguesa que mais se aproxima ao aprisionamento das possibilidades de realização humana, assim como a subordinação e supressão da

autonomia do ser social. No entanto, vislumbra-se a possibilidade de superação da moral conservadora e da ética tradicional na direção de valorização do humano, da construção de uma sociabilidade livre das formas de exploração e subordinação, pautada na emancipação humana e na valorização da autonomia e da consciência, o que pressupõe necessariamente a superação do capital.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto compreende-se que a alienação, o estranhamento, a moral conservadora e os valores que sustentam a ideologia dominante no capital distanciam o ser social de sua humanidade, ao passo que o subordina a interesses de mercado. O que não se restringe ao campo da economia, mas a partir daí os demais complexos que constituem a vida em sociedade passam a ser mediados pelos valores que orientam essa forma de sociabilidade.

Diante do atual cenário, é possível destacar o avanço do conservadorismo, marcado por ideais genocida, fascista, de desprezo pelo humano e desvalorização da vida em detrimento dos interesses de mercado e do lucro. Ideais internalizados e até naturalizados por grande parcela da sociedade que de forma acrítica e alienada passa a defender projetos contrários a si própria. Isso revela o grau de agressividade em que o capital atinge a classe trabalhadora e conduz a um maior aprofundamento da desigualdade em que estes acessam bens e serviços sociais, tais como, saúde, educação, assistência social, renda.

O caos que se instala revela as vísceras de uma sociabilidade distanciada dos valores libertários e das possibilidades de emancipação humana. Mas coloca na ordem do dia a necessidade de organização coletiva e de luta para superação da ordem burguesa e construção de uma sociedade em que seja possível e universalização da riqueza humana, a reprodução de valores emancipatórios, e a superação dos limites à existência humana postos pela sociedade de classes.

REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social:** fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2005.

LARA, Ricardo. Introdução aos complexos categoriais do ser social. **Em Pauta**, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2015- n. 36, v. 13, p. 269 – 292.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2º edição. São Paulo, Boitempo, 2017.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. Tradução João Dell'Anna. 2º edição. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis.** Tradução: Maria Encarnación Moya. 2º edição. Expressão Popular, São Paulo, 2011.